

O CAFÉ ANTES DO CAFÉ: PRODUÇÃO AGRÁRIA NO VALE DO PARAHYBUNA (1830-1854)¹

Bruno Novelino Vittoretto

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: O presente trabalho versa sobre as atividades agrárias estabelecidas no Vale do Parahybuna no período 1830/1854. Situado na parte sul do que viria a se constituir como a Zona da Mata mineira, o espaço se destaca na produção do café a partir da segunda metade do oitocentos. Pretende-se refletir sobre a economia regional no período anterior ao processo de incorporação produtiva da rubiácea local ao mercado internacional. Ou seja, as atividades agrárias, incluindo o grau de comprometimento da cafeicultura no período em foco. Para tanto, foram utilizados Relatos de Viajantes, Listas de Dízimos, Relatórios da Presidência da Província e Inventários.

Palavras-chave: Agricultura; Cafeicultura; Minas Gerais; Vale do Parahybuna

Área Temática:

História Econômica e Demografia Histórica

¹ Versão resumida do segundo Capítulo da dissertação de mestrado “Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)”, defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2012.

O processo de ocupação do Vale do Parahybuna

O processo de ocupação do território que viria a se constituir como a Zona da Mata mineira, e mais especificamente, a parte sul desta mesma região, compreendido necessariamente pelo vale do Rio Parahybuna, possui raízes ainda no século XVIII. A imensa área ocupada pelos territórios das atuais regiões matense e do Vale do Rio Doce se caracterizava no período colonial como os *sertões do leste* ou *áreas proibidas*. Esse espaço compreendido entre as lavras auríferas do centro da capitania de Minas Gerais e as faixas litorâneas fluminense e capixaba, possuía características naturais bastante peculiares, por apresentar a existência de uma densa cobertura florestal, além da presença de grupos indígenas ali assentados. Em termos exatos, sua localização abrangia:

(...) a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abrangendo o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois compreendia até os limites litigiosos na divisa entre as Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba.²

Os *Sertões*, assim designados genericamente, se caracterizavam por diversas peculiaridades durante o século XVIII. Representações de contemporâneos, manifestadas em imagens e mitos apontam o *sertão* como espaço incivilizado e hostil, com uma natureza inóspita, seja através de matos extremamente densos, ou através de áreas desertas. As características naturais determinam a visão em relação a esses espaços, como no dicionário Bluteau, onde o *sertão* é designado como uma área distante da costa do mar.³ Já o critério de civilização – onde o elemento branco era o agente propulsor; dimensiona nesse caso a questão demográfica como determinante na titulação de determinadas áreas.⁴ A esse critério, Ângelo Carrara adiciona ainda outra categoria. Segundo o pesquisador, os elementos supracitados estão em consonância com a questão econômica, embora paradoxal, de que esses lugares –

² CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008, p.75.

³ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, Vol.7, p.613.

⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”: Bandoleiros e Salteadores nos Caminhos das Minas Gerais no Século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2008, p.55-56.

passivos do movimento de tropeiros, comerciantes, contrabandistas, etc. – representavam possibilidades de ascensão econômica, seja através da busca do ouro, ou outras atividades que emergiriam no decorrer da centúria.⁵ É nesse sentido que a fronteira pode possibilitar meios de ganho aos diversos grupos sociais assentados às suas margens.

A pesquisadora Fania Fridman também busca um significado para o termo, definindo-o como “*áreas no interior, afastadas do litoral (civilizado e dominado pelos brancos) e habitadas por índios selvagens e animais bravios*”.⁶ Enfim, uma gama de caracteres pode conformar a noção do *Sertão* no século XVIII, seja pela via natural, espacial, econômica, demográfica, etc. Mas cabe também salientar que não só a parte oriental da antiga capitania mineira era considerada como *sertão* durante o setecentos. Quer dizer que de fato não havia um único *sertão*, mas vários *sertões* no interior das Minas Gerais nesse período:

*Na comarca do rio das Mortes, os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás. Para os que residiam na Borda do Campo, podiam ser as escarpas da Mantiqueira. A região da atual Zona da Mata era toda conhecida pelo nome de “sertões de leste,” e entre 1768 e 1814, os assentos de batismo da atual cidade de Rio Pomba, localizada naquela paragem, eram abertos com a seguinte fórmula: Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatas. Além destes, para os homens de Vila Rica, os seus sertões eram as florestas cortadas pelo rio Doce e, para os moradores de Sabará, o médio São Francisco.*⁷

Elemento essencial no processo de intervenção desses espaços definidos como *áreas proibidas* é o surgimento do Caminho Novo no início do setecentos. É a partir dele que viria a surgir o processo de ocupação e trânsito da enorme área localizada entre as minas e a faixa litorânea:

*(...) não podemos também deixar de mencionar que estas roças e pousos formados ao longo do Caminho Novo foram de importância ímpar para o processo de povoamento da Mata Mineira, uma vez que alteravam o meio ambiente por meio do trabalho, tanto para sustento próprio quanto para a comercialização, seja do espaço físico (acomodação de muares e de pessoas) seja de gêneros alimentícios (oferecidos aos transeuntes).*⁸

⁵ CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p. 40-52.

⁶ FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. **Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº 3, p.27-48, ago, Taubaté, São Paulo, 2008, p.40.

⁷ RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003, p.256.

⁸ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII*. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2005, Juiz de Fora. **Anais do I Seminário de História Econômica e social da Zona da mata Mineira**. Juiz de Fora: Centro de Ensino superior, 2005, p.1.

O Caminho Novo surge como elemento dinamizador dentre as regiões ao passo que irá diminuir em mais de um terço o percurso entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro – agora feito todo em terra firme; em relação ao Caminho Velho. Quer dizer que se o tempo de viagem anteriormente girava em torno de 40 dias, com a nova rota há um decréscimo para mais ou menos 12 dias, em que pesem as possíveis variações determinadas pelas condições climáticas e do viajante.⁹

O Vale do Rio Parahybuna – pertencente à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; será cortado pela via de comunicação terrestre na parte sul do que viria a se constituir como a Zona da Mata mineira, e dela se beneficiará em termos econômicos e demográficos no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Tradicionalmente, a historiografia apontava os *sertões do leste* como áreas intocadas pela civilização branca, com a presença de populações autóctones extremamente hostis, os generalizadamente chamados pelos colonizadores de botocudos, o gentio antropófago e selvagem ali estabelecido. Portanto, essas interpretações fundamentadas muitas das vezes sob fontes de caráter oficial, tendem a definir o *sertão do leste* como uma verdadeira barreira natural que evitaria os extravios do ouro conduzido das Minas para o Rio de Janeiro.¹⁰

No entanto, é preciso relativizar a ideia de que o leste da capitania de Minas Gerais era um vazio demográfico, sem importância, durante o período colonial e a primeira metade do XIX. Primeiro, porque essa visão ignora por completo a existência de populações milenares presentes na região. Embora seja mais complexo, o estudo dos indígenas, face sua rotatividade no interior do território, e a escassez de fontes que permitiriam maiores informações sobre esses grupos, é importante reconhecer a presença dos mesmos em determinadas áreas por períodos significativos.

Um segundo ponto que não permite por completo a adoção dessa visão, diz respeito ao processo de ocupação branca na região. Quer dizer que se a administração colonial tratou de coibir quaisquer tentativas de ocupação do território no intuito de mantê-lo inacessível, não quer dizer que o apossamento de terras e a intervenção do homem branco não tenha sido possível durante o século XVIII. Alguns pontos contribuem para essa ideia de “vazio demográfico” até então difundida. A inexistência da criação de vilas durante o período colonial nessa parte da capitania mineira, a prática das patrulhas que percorriam os caminhos,

⁹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p.88. Cópia autorizada da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

¹⁰ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.2.

e a criação dos registros, que funcionavam como pontos estrategicamente estabelecidos no controle do trânsito de pessoas e mercadorias, são os principais argumentos dessa visão.¹¹

Acontece que existe uma dupla contradição na questão da ocupação do território oriental de Minas Gerais durante o setecentos. Por um lado, a política de contenção exercida por parte do governo metropolitano parece não ter funcionado efetivamente, uma vez que o apossamento de terras e o estabelecimento de pessoas se fizeram à revelia das ordenações governamentais. Por outro, a própria política governamental demonstrava-se contraditória, ao passo que existiram algumas medidas em prol do povoamento como a regularização das posses/doação de sesmarias. Entre 1710 e 1822, são concedidas cerca de 6.642 sesmarias nas Minas Gerais, num total de 4.257 léguas quadradas, cujo tamanho de cada parcela podia variar entre 60 braças e 48 léguas quadradas.¹² Sobre esse processo contraditório, Carneiro afirma:

A administração metropolitana, ao mesmo tempo em que procurou vedar o povoamento do leste da Capitania de Minas Gerais, com resoluções impedindo o acesso dos colonos em virtude das possibilidades de descaminho do metal por falta de registro e vigilância em certos locais, também foi conivente com o devassamento da área, pois chegou a conceder sesmarias em paragens não povoadas, inclusive, restritas pelos próprios bandos lançados. Mas, isto possui pouca importância, pois o título de sesmaria no período colonial teve, tão somente, o papel de garantia a posses lançadas ou a terras compradas. Ao longo da ocupação da capitania, o processo predominante foi o da difusão generalizada de posses nos espaços de fronteira aberta, onde a expansão populacional interiorizou-se pelas bordas da região mineradora, independentemente dos regimentos que a proibiam.¹³

Portanto, as *áreas proibidas*, termo criado no ano de 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que “*proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro*”¹⁴, assistiram de fato a um processo de devassamento seguido pela ocupação de determinadas áreas, seja pela posse seguida da oficialização, seja diretamente pela concessão de sesmarias. Nesse caso, a necessidade de preservação do leste da capitania mineira não fora homogênea em termos práticos, uma vez que o próprio governo da capitania toma como principal medida a regularização das condições de povoamento com a concessão de sesmarias aos posseiros.

Dessa forma, a ocupação do território passava a ser uma ferramenta de incorporação à própria lógica colonial que anteriormente buscava impedir a instauração de pessoas na região. A partir daquele momento, a distribuição de terras nas mãos de indivíduos laboriosos,

¹¹ *Idem*, p.242. OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Op. Cit.*, 2008, p.62.

¹² MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p.28.

¹³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008 p.240.

¹⁴ RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.255.

promovendo as atividades das lavras e da agricultura, permitiria a cobrança de impostos, além de funcionar como rechaço a grupos marginalizados que poderiam se estabelecer naqueles espaços.¹⁵ Percebe-se que há de fato uma inversão no projeto que, em primeira instância, buscava assegurar a remessa de metais preciosos de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Se a ideia central era assegurar um território impenetrável, num segundo momento será justamente a dinamização desse território que trará maiores benefícios na transposição segura de todo o ouro e diamante pertencente à metrópole.

Entre os anos de 1710 e 1735, aparecem 23 doações na antiga freguesia do Caminho Novo – de Paraíba do Sul até Carandaí, passando pela Borda do Campo; um território que abarcava boa parte do Vale do Parahybuna. Além de Domingos Rodrigues da Fonseca e Garcia Rodrigues Paes, contemplados com largas porções de terras nos anos de 1723 e 1727, respectivamente, dada a contribuição de ambos no trabalho de abertura do Caminho Novo, há outros casos de proprietários estabelecidos na região antes da concessão. Pode-se citar como um desses exemplos João Gonçalves Chaves – cuja carta sesmeira data de 1715; ao passo que se colocava naquele espaço três anos antes de receber o título legal de sua propriedade. Já Domingos Gonçalves Ramos, estabelecido desde 1709, é contemplado com a oficialização de suas terras no ano de 1720, 11 anos após a sua chegada. Por fim, João da Silva Lopes, também é contemplado após três anos de estabelecido em 1735.¹⁶

Cabe lembrar que mesmo com o processo de regularização das propriedades conformadas pela posse ou pela compra, essas práticas regularmente ocorriam à revelia da legislação agrária vigente. Quando não, utilizavam-se meios de corromper as normas estabelecidas pelo regime de propriedade em execução. Falsos títulos de propriedade, demarcações e medições não realizadas ou desempenhadas de maneira equivocada, etc. revelam os meios de acesso à terra adotados no século XVIII.¹⁷ Essas práticas ilícitas estão diretamente relacionadas à condição de domínio que certas figuras exerciam sobre determinadas regiões. Os proprietários fundiários utilizavam-se da condição de prestígio que possuíam para a anexação de terras.

Grandes proprietários estabeleceram-se nesses territórios exercendo o domínio de amplas parcelas de terras, além do monopólio das mais variadas atividades. A mineração – possível em algumas áreas; a agricultura, assim como o tráfico de escravos, o predomínio

¹⁵ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.102. RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.259-264. OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Op. Cit.*, 2008, p.64-66.

¹⁶ CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.36-38.

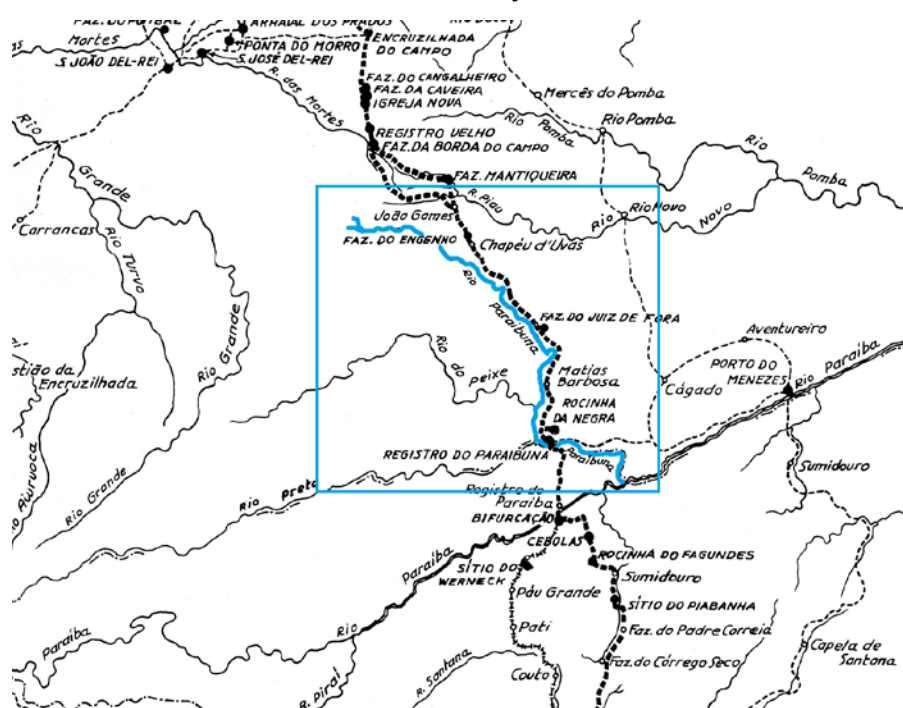
¹⁷ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.69.

sobre o fluxo de mercadorias e o mando local sobre os agregados, permaneciam como monopólio de indivíduos cuja influência política no interior da capitania de Minas Gerais facilitava a perpetuação desses poderes. José Aires Gomes personifica bem essa ideia, em regiões cuja presença das autoridades estatais se fazia de maneira bem restrita:

(...) à revelia da lei, homens como Aires Gomes e vários outros potentados locais adquiriram terras e mandavam no local, como se fossem seus verdadeiros donos, comandando econômica e politicamente aquelas paragens. A apropriação das terras proibidas dos sertões da Mantiqueira é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. Seguindo o exemplo de José Aires Gomes, ao penetrar nas áreas vedadas, cultivar arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além de criar gado vacum, “povos” foram “furtivamente” introduzindo-se naquelas paragens. Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo reflexo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola local e a procura por terras.¹⁸

Mapa 01

Vale do Parahybuna



Apud: BARREIROS, Eduardo Canabrava. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2ªEd. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. In: RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.261.

Percebe-se que a constituição da região até pelo menos a primeira metade do século XIX foi permeada pela instabilidade e dinâmica dos seus distintos processos de ocupação.¹⁹ O apossamento, a usurpação de terras indígenas e públicas, a política de aldeamento, etc. funcionaram como elementos diferenciados aos interesses da colônia ou de pessoas de

¹⁸ RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.265.

¹⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa.** Belo Horizonte: Autêntica, Ed. PUC Minas, 2008, p.17.

prestígio assentadas naquelas áreas. Em que pesem esses fatores conformadores de seu território, acredita-se que o que dará homogeneidade à Mata enquanto espaço político e econômico, é a linha de expansão da cafeicultura, que seguirá no sentido sul-norte a partir da segunda metade do XIX.²⁰ Quer dizer que apesar da presença de alguns grupos estabelecidos desde o século XVIII, e a contradição sobre o movimento de contenção de pessoas no seu interior, a *ocupação efetiva* do território se dará somente na segunda metade do século XIX.

Portanto, a região da Zona da Mata só irá se conformar enquanto tal somente nas cinco últimas décadas do oitocentos, uma vez que a modificação recíproca entre o homem e a natureza, o *metabolismo* social, acontece de forma tal a estabelecer uma identidade à região capaz de diferenciá-la profundamente das demais no interior das Minas Gerais. Entendendo que uma região não *deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço*²¹, pode-se afirmar que aquela área que viria formar a Zona da Mata ainda não apresentava as características suficientes para se estabelecer enquanto tal. Portanto, a denominação regional “Zona da Mata” para o período anterior a segunda metade do XIX trata-se de uma divisão anacrônica, considerando os critérios aqui estabelecidos em relação à transformação do meio socialmente constituído.

A produção agrária do Vale do Parahybuna

O momento compreendido entre o início da queda de extração aurífera – tributária da segunda metade do século XVIII; e a primeira metade da centúria seguinte, é permeado por uma conjuntura de profundas transformações socioeconômicas no interior da capitania de Minas Gerais. Trata-se do movimento secular assistido em praticamente todo o território mineiro, denominado como “acomodação evolutiva”.²² Ou seja, com o refluxo de sua principal atividade econômica, a capitania e futura província passa por um lento processo de rearranjo interno, cujas principais transformações viriam a atingir intimamente aspectos como a demografia, a ocupação do solo, e as dinâmicas de produção e do trabalho, assentadas fortemente no regime escravista de produção.

²⁰ VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958, p.29. PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993, p.36-37.

²¹ CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antonio de. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005, p.8.

²² LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

A pesquisadora Carla Almeida desenvolve essa ideia originalmente elaborada por Douglas Libby, acrescentando uma subdivisão dentro desse secular processo de transformação em três momentos distintos. Primeiro, entre as décadas de 1750 e 1770, quando se estabelece o auge minerador. Aqui pouco se modificou a estrutura produtiva da capitania, uma vez que a queda abrupta da extração aurífera só viria a ocorrer no final desse período. Em um segundo momento, ocorrido entre os decênios de 1780 e 1810, já é possível perceber que a mineração deixa de ser a principal atividade econômica da capitania, substituída pela agricultura e pecuária, tributárias do processo de diversificação das unidades produtivas mineiras. Já o último sub-período estabelecido pela autora, correspondente às décadas de 1820 a 1850, é marcado pelo crescimento da dinâmica produtiva, quando se consolida o surgimento de mercados voltados para fora do espaço mineiro.²³

Em termos demográficos a transformação se dá pela enorme dispersão populacional, que tinha como ponto de referência as regiões centrais do ouro. Segundo Carrara, esse processo ocorreu como “*ondas provocadas pela queda de uma pedra num lago, a fronteira avançou desde os primeiros anos da ocupação territorial nos fins do século XVII a partir dos núcleos mineradores originais*”.²⁴ A mobilidade espacial representava nesse caso, tanto para os mais quanto para os menos abastados, um recurso importante diante as transformações conjunturais ocorridas no interior da capitania.²⁵ Somando-se a isso a existência de uma ampla fronteira aberta, com baixos níveis de densidade demográfica, ocorrera então uma significativa transferência de pessoas.

A grande área mais ao sul da capitania de Minas Gerais, representada pela antiga Comarca do Rio das Mortes, foi quem de fato se colocou na vanguarda das transformações ocorridas no período. Posto que na virada para o século XIX Minas Gerais inverte a lógica de seu processo pioneiro, ou seja, o da urbanização afluyente da fundação de distritos auríferos e suas áreas anexas, a parte meridional da capitania assiste ao processo de ruralização.²⁶ Quer dizer que a estagnação/decadência desses antigos distritos mineradores é acompanhada pela dinamização de um grande espaço voltado para atividades agropastoris, numa conjuntura de crescimento dos mercados localizados em regiões próximas, como o Rio de Janeiro, pois áreas que até aquele momento apresentavam-se como mais produtivas e em constante

²³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005, p.154.

²⁴ CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999, p.14.

²⁵ MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p.29.

²⁶ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.156.

crescimento, deram espaço a outras regiões que até então *possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas.*²⁷

A evolução da economia mineira – enquanto um processo secular perante as adversidades decorridas do declínio acentuado da sua principal atividade econômica; vem sendo estudada através de uma documentação de caráter fiscal de suma importância para a compreensão do período colonial: as listas de dízimos. Os lançamentos trienais sobre o valor da produção mercantilizada das unidades rurais podem nesse ponto revelar a dinâmica agrária de determinadas regiões. Administrados pela Provedoria de Minas Gerais a partir de 1715, e extintos somente no ano de 1835, os registros que atualmente estão sob custódia do Arquivo Público Mineiro, ao lado de outras fontes de caráter fiscal, apontam o vertiginoso crescimento das freguesias do sul de Minas Gerais em relação as mais ao norte.²⁸

Mais especificamente, no Vale do Parahybuna, área cortada pelo Caminho Novo que conformará mais tardiamente o espaço sul da Zona da Mata, a agricultura mercantil de subsistência pode ser apreendida não só pelos dízimos, mas também pelos relatos de viajantes – em que pesem os elementos de configuração sobre a impressão desses estrangeiros em determinadas aspectos. A começar por esses relatos, segundo o levantamento feito por Paiva e Godoy, grande parte dos viajantes que passaram pelo Caminho Novo deixou fortes inferências sobre o engajamento da região em atividades agrícolas.²⁹ Antonil, o primeiro viajante a transitar por essas áreas, chama atenção para a existência de *roças e ranchos*:

*Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte d'além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias. Daqui se passa ao rio Paraibuna, em duas jornadas, a primeira no mato, e a segunda no porto, onde há roçaria e venda importante e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba; passa-se em canoa.*³⁰

Já no século XIX, exatamente após 100 anos da publicação da obra de Antonil, o Barão Eschwege dá suas impressões sobre a região. Mesmo que preocupado em analisar as formações geológicas das localidades por onde passava, Eschwege deixa referências explícitas quanto ao cultivo do café e da cana-de-açúcar, destacando a grande quantidade de

²⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005, p.157.

²⁸ CARRARA, Ângelo. **Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII-XIX.** *Op. Cit.*, p.74.

²⁹ PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX.* X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p.19-31.

³⁰ ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p.87-88.

matas virgens disponíveis naquele momento. Já o comerciante inglês John Mawe, no ano de 1809, não revela muito mais que seus antecessores apesar do maior interesse em descrever o Registro de Mathias Barbosa. Além de apontar um *território cheio de matas*, composto de *belos terrenos próprios para cultura e pastagens*, o autor destaca uma esparsa demografia. Aspecto que chama atenção na sua obra, assim como na dos também comerciantes John Luccock (1817) e Johann Emanuel Pohl (1817) – o primeiro inglês e o segundo austríaco; é uma aparente decadência da região, com construções em ruínas e propriedades desprovidas de maior zelo. No entanto, apontam também que na parte além do Parahybuna, vê-se “*bela plantação, muito pitoresca e aprazivelmente situada, com amplos caminhos abertos*”.³¹

Em sua estadia no Brasil entre 1816 e 1822, Auguste de Saint-Hilaire, reconhecido naturalista francês, passa pela região e apresenta um dos relatos mais completos sobre o Caminho Novo. Na antiga propriedade do Juiz de Fora, um dos núcleos do que seria posteriormente a cidade homônima, o autor registra um aparente crescimento após 1808:

*Outrora não compreendia senão o pequeno número de casas situadas sobre a beira do caminho; mas, com a chegada do rei João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um crescimento de população bastante considerável. Mais de quatrocentos homens livres, com outros tantos escravos, vieram se estabelecer aí, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital, e a de não pagar nenhum direito residindo além do registro de Matias Barbosa.*³²

Por fim, José Raimundo da Cunha Mattos (1832-35), português erradicado no Brasil, e o inglês Charles James Fox Bunburry, que passara pela região em abril do ano de 1835, também citam a existência dos *ranchos, vendas e plantações* os quais puderam observar, com evidências mais diretas ao cultivo da cana-de-açúcar.³³ Outros transeuntes como o prussiano Hermann Burmeister (1850), o reconhecido viajante inglês Richard Francis Burton (1867) e o francês Louis Agassiz (1865-67), também passaram pela região. Contudo, suas impressões apontam outros elementos do espaço que começara a se transformar com a introdução da cafeicultura, uma vez que todas as suas contribuições referem-se à segunda metade do século.

Já em relação aos dízimos avençados na antiga freguesia do Caminho Novo, é possível obter algumas informações sobre a dinâmica produtiva de boa parte do espaço que posteriormente viria a ser o sul da Zona da Mata. Os dados revelam uma forte concentração de terras, oriunda à princípio do processo de ocupação destacado na seção anterior, além de altos índices de mercantilização. No triênio 1741-43, com apenas 19 propriedades

³¹ BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993, p.33-38.

³² *Idem*, p.44.

³³ *Ibidem*, p.55-64.

contribuintes, a freguesia do Caminho Novo pagou aproximadamente 943\$200 réis, o equivalente a 49\$642 réis para cada unidade, o valor per capita mais elevado dentre todas as freguesias da capitania de Minas Gerais.³⁴ Outra freguesia destacadamente importante na produção de gêneros³⁵, São João Del Rei, embora obtenha para o mesmo período o maior valor pago por uma freguesia na Comarca do Rio das Mortes (4:231\$200), cada lavrador fora avençado em 10\$473 réis.³⁶ O valor per capita pago pela freguesia do Caminho Novo representava cerca de mais de 30% em relação ao segundo maior valor pago para uma freguesia – Itabira, na Comarca do Rio das Velhas – entre os anos de 1765 e 1768, além de representar mais de 60% em relação aos dízimos pagos na capitania de Minas Gerais no mesmo período (Quadro 03).³⁷

Sobre o processo de produção da região entre os séculos XVIII e XIX, Fernando Lamas afirma:

*(...) acreditamos que a Zona da Mata Mineira, apesar de ainda não possuir esta designação, pode ser considerada mais do que uma mera área de interligação entre as Gerais e a capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, pois já existia uma atividade econômica que a diferenciava da região mineradora, isto é, a atividade agrícola. É bem verdade que a atividade agrícola e a atividade mercantil eram ainda muito incipientes se comparadas à região mineradora. Contudo, foi em torno desses pequenos núcleos que se desenvolveram, no século XIX, cidades como Juiz de Fora e Matias Barbosa. Logo, ignorar a presença daquele tipo de atividade econômica assim como a relevância destas para o povoamento e a conseqüente colonização da área é, em nosso entendimento, ignorar as raízes que caracterizam essencialmente qualquer tipo de povoamento e de colonização.*³⁸

Quadro 01

Dízimos das Freguesias da Comarca do Rio das Mortes (1741-1828)

FREGUESIAS	1741-3		1784-6		1805-7		1826-8	
	NL	VAA	NL	VAA	NL	VAA	NL	VAA
São João Del Rei	404	4:231.2	695	4:112.6	-	-	560	4:469.3
Caminho Novo	19	943.2	-	697.92	-	-	163	2:589.5
Itaverava	184	1:689.6	-	2:274.6	-	-	196	2:258.6
São José	216	1:843.2	398	2:665.8	-	-	349	3:015.9
Borda do Campo	181	1:966.8	394	2:877.6	-	-	704	7:698.3
Prados	163	2:122.8	159	1:601	217	1:686	304	2:682.7

NL: Nº de lavradores; VAA: Valor, em mil réis, do ajuste anual.

Apud: CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.76.

³⁴ CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.76.

³⁵ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

³⁶ CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.76.

³⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005, p.149.

³⁸ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op. Cit.*, 2005, p.2.

De acordo com Douglas Libby, a futura Zona da Mata mineira encontrava-se firmemente inserida em um modelo econômico dinâmico durante a primeira metade do oitocentos. A afirmativa do pesquisador norte-americano se fundamenta no fato de que havia naquele momento uma porcentagem significativa de escravos antes da introdução efetiva da cafeicultura. Portanto, era o setor mercantilizado da agricultura o único capaz de agregar mão-de-obra naquele momento, posto que não existia outra atividade economicamente mais rentável na região, a não ser a própria agricultura dos gêneros:

(...) a Mata já se encontrava firmemente engajada na agricultura mercantil de subsistência antes da chegada do café. Isso, alias, explicaria a tradição da auto-suficiência das fazendas de café da região ao longo da segunda metade do século passado (...) Ademais, esse achado também indicaria que, embora o mercado-alvo dos excedentes produzidos na Zona da Mata na década de 1830 provavelmente fosse a cidade do Rio de Janeiro, a região não deveria estar ausente da rede de abastecimento dos núcleos mineradores no século XVIII, especialmente dada sua proximidade de boa parte desse mercado. Mais importante ainda é constatar que, com seu considerável plantel de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto da cafeicultura, cuja chegada não tardaria.³⁹

Na primeira metade do século XIX, essa tendência de acentuação das diferenças entre novas freguesias, mais dinâmicas produtivamente em relação aos espaços historicamente ligados à extração de metais preciosos tende a continuar. Figuras como José Inácio Nogueira da Gama – *a mais acabada personificação da categoria econômica do grande proprietário fundiário escravista*; e José Marques, representam a base na qual a futura região da Zona da Mata viria a se conformar. O primeiro, que pagara cerca de 100\$000 anuais no triênio 1816-1818 seguido do fazendeiro Paulo Alves Martins (71\$333), pagou o referente à 1:037\$600 do dízimo em 1826. Já o segundo, é avençado no valor de 435\$958 pagos no mesmo ano.⁴⁰ É nesse contexto de expansão mercantil que localidades matenses como Engenho do Mato, Simão Pereira, Mathias Barbosa e Santo Antonio do Parahybuna vão se destacando no decorrer da centúria.

Para além dos dízimos e as inúmeras inferências sobre as atividades econômicas encontradas nos relatos de viajantes e outras fontes tais como os registros de passagem, relatórios de presidente de província, etc. os inventários *post-mortem* se revelam como uma ferramenta importante para o pesquisador. Embora os dados sobre a produção agrária presentes nessa documentação cartorária sejam bastante generalizantes para a primeira metade do século XIX, é possível fazer um exercício em se apreender os principais elementos da dinâmica de produção das unidades rurais.

³⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Op.Cit.*, 1988, p.48.

⁴⁰ CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.79.

E é com bases nos dados pesquisados nos inventários de Santo Antonio do Parahybuna entre os anos de 1830 e 1854 que poderá ser feita uma breve consideração sobre a economia local, privilegiando os aspectos da dinâmica produtiva que puderam ser observados. Em que pesem as recorrentes divisões administrativas e variações do território de comarcas, vilas, distritos, etc., comumente ocorridas no início do oitocentos mineiro, a documentação pesquisada corresponde sumariamente a localidades do Vale do Rio Parahybuna como Simão Pereira, Engenho do Mato, São Francisco de Paula, além do próprio distrito Santo Antonio do Parahybuna.

A existência de benfeitorias no interior de uma determinada propriedade “*permite a identificação de sua capacidade produtiva*”.⁴¹ Desse modo, a recorrência de paióis, moinhos, monjolos, engenhos e demais itens capazes de transformar de alguma forma os frutos da atividade agrária demonstrou-se diversificada. Embora em muitos casos apareça a descrição “*benfeitoria(s)*” junto ao valor nominal, sem o detalhamento dos itens que a(s) compõe(m), foi possível registrar os elementos mais recorrentes.

De um universo de 118 inventários entre 1830 e 1854, o maior número de ocorrências de benfeitorias corresponde aos moinhos: 45 ou quase um terço das quatro mais recorrentes. Vêm em seguida os paióis (37), os monjolos (33), e os engenhos, com 23 (Quadro 04). O número de senzalas, dezesseis unidades, as coloca como a quinta benfeitoria mais recorrente nas unidades rurais. Apenas seis vezes aparecem os chiqueiros e quatro vezes os alambiques. Os engenhos de socar café, somando seis unidades, revelam a pouca expressividade da cafeicultura naquele momento. Já as ferramentas de trabalho, correspondem basicamente aos instrumentos como a enxada, a foice e o machado, não destoando do modelo de baixo nível técnico característico do sistema extensivo. Ainda, não foi encontrada qualquer referência ao arado ou outros instrumentos mais elaborados no trato da lavoura. Percebeu-se também a existência de algumas poucas atividades de transformação, representadas pelas olarias (2), teares (5) e tendas de ferreiro (10).

Quanto à produção de gêneros agrícolas, a maior incidência recaiu sobre o milho. As características do produto, cujas qualidades nutricionais poderiam ao mesmo tempo suprir as dietas humana e animal – aliadas as facilidades de cultivo – levam a crer na preferência dos proprietários por esse cereal. À ampla propagação do milho, segue-se o cultivo de outros gêneros comumente difundidos nas propriedades rurais mineiras. Primeiro, aparece o arroz como o produto mais cultivado no Vale do Parahybuna, seguido do feijão. São esses os três

⁴¹ GUIMARÃES, Elione. *Benfeitoria*. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.58.

principais e praticamente os únicos gêneros agrícolas encontrados com maior frequência na documentação, donde um quarto elemento de menor expressão também foi observado, embora mais escasso: a cana-de-açúcar.

Deve-se compreender que a dinâmica agrária do Vale do Parahybuna está firmemente ancorada na diversificação das unidades rurais pelo menos até o fim da primeira metade do século XIX, quando a cultura cafeeira ainda não tinha se instaurado de maneira significativa na região. Aliás, essa parece ter sido a tônica da capitania/província durante o período em foco, pois a típica propriedade mineira, sobretudo as maiores, poderia ser assim descrita de acordo com Paiva e Godoy:

*(...) caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto-suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola, a expansão dos investimentos no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar sua produção da agricultura e pecuária, a formação de mão-de-obra apta ao desempenho de múltiplas atividades e, ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades impostas por tarefas especializadas, a progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e intermediários e a adaptação do consumo interno às restrições que o isolamento e o nível reduzido de capitalização impunham.*⁴²

A miríade de atividades dessa estrutura produtiva diversificada não excluía a capacidade de produção das unidades rurais, ao contrário, tornava-se uma ferramenta importante de acesso aos mercados. Dentro desse processo de diversificação, surge nos meios institucionais a pauta sobre a cultura do chá. Os relatórios de Presidente de Província da primeira metade do século XIX insistem na questão do plantio do produto, que se tornaria segundo seus defensores a principal atividade agrícola de Minas Gerais diante os mercados exteriores, ou seja, para fora da Província mineira:

*A rapidez com que nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo se vae estendendo o plantio e fabrico do chá, he um indício manifesto da acceitação que elle tem tido no mercado, e huma razão sufficiente para concebermos esperanças muito lisonjeiras sobre o progresso dessa industria nascente.*⁴³

A própria criação de um Jardim Botânico em Minas Gerais perpassa a ideia de se desenvolver ao máximo as condições para a ascensão do produto. Segundo os representantes

⁴² PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op.Cit.*, p.33-34.

⁴³ CARVALHO, Daniel de. *O café em Minas Geraes*. SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p.219.

oficiais da Província mineira, o chá poderia levá-la a um *grao de prosperidade incalculavel*⁴⁴, pois a cultura não deixaria dúvidas sobre as *immensas vantagens que ella hade traser á provincia*.⁴⁵ Apesar dos esforços por parte dos órgãos governamentais no incentivo da cultura do chá, em termos práticos, o cultivo do produto não avançou na mesma proporção desejada. As intempéries do clima, o baixo consumo nos mercados fora da Província e o baixo preço do chá foram, segundo os próprios agentes governamentais, os principais empecilhos ao seu desenvolvimento.⁴⁶

Diante o processo de diversificação verificado nas unidades rurais mineiras, e as tentativas frustradas de implantação de culturas alienígenas, um produto vai aos poucos se destacando no interior da Província. Trata-se do café, que transformará profundamente a paisagem agrária nas áreas em que se desenvolveu. Muitas são as referências sobre as primeiras localidades responsáveis pelo cultivo do café nas Minas Gerais ainda no alvorecer do oitocentos. As plantações da rubiácea no entorno dos centros de mineração, como Mariana, Ouro Preto e São João Del Rei são citadas como as pioneiras em alguns casos.⁴⁷ Também em terras de planalto, há referências sobre o pioneirismo da planta em Barbacena.⁴⁸ Há também a suposição de que o café tenha adentrado em Minas Gerais através da fronteira do Rio de Janeiro, cujo pioneirismo seria de localidades como Além Paraíba, Mar de Espanha, Mathias Barbosa, ou Juiz de Fora.⁴⁹ Contudo, esses primeiros ensaios da cafeicultura na primeira metade do século XIX, eram em sua maioria pouco expressivos, ao passo que essas *'roças de café'* representavam *pequenas explorações de chacara ou quintal*.⁵⁰

Em que pesem as discussões sobre quais seriam as primeiras localidades responsáveis no cultivo da planta, percebe-se que uma região da Província de Minas Gerais ganha destaque na produção do café. A parte sul do que viria a se conformar como Zona da Mata, principalmente, vai incorporando no decorrer das primeiras décadas do século XIX o papel de

⁴⁴ **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província José da Silva.** S/Id., p.17.

⁴⁵ **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva.** Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.30.

⁴⁶ **Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia Social, 1851, p.22-23.

⁴⁷ SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.41-42.

⁴⁸ MAGALHÃES, Hildebrando de. *Subsidios para a historia do café em Minas Geraes.* SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, p.340.

⁴⁹ SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.340.

⁵⁰ CORTES, Oscar Teixeira de Figueiredo. *Além Parahyba no Bicentenario do Café.* SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.380.

região precursora do café, ao passo que seria nesse espaço que a cultura da rubiácea seria desenvolvida em larga escala nas unidades rurais:

A diversificação da produção agrícola deve ter sido a base para aqueles que viriam a ser os maiores produtores de café (...) Lembremo-nos que num primeiro momento, nos arredores daquele que viria a se tornar o Distrito e depois município de Juiz de Fora, se estabeleceu um núcleo fornecedor de produtos de primeira necessidade, bem como de pouso para os tropeiros que se utilizaram daquela estrada. Muitos daqueles homens e mulheres, como os das famílias Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage, sem dúvida, tiveram a origem de suas fortunas ligadas à diversificação de atividades. Fossem agrícolas, comerciais ou usurárias elas garantiram o capital para o início de seu enriquecimento por meio da lavoura cafeeira. Todavia, é preciso reter que, na maioria das vezes, não houve por parte daqueles indivíduos o abandono imediato dessas atividades que lhes propiciaram o suporte financeiro para se dedicar à produção daquela rubiácea mesmo porque não sabiam que o café seria tão lucrativo.⁵¹

É possível perceber a ascensão do produto na primeira metade do século XIX, de acordo com os dados levantados pelo Barão Eschwege. Enquanto em 1818 Minas Gerais exporta 9.739 arrobas de café, dez anos após a Província mineira chega a exportar o equivalente a 81.400 arrobas da rubiácea, um crescimento na ordem de 735%. Em 1839 são 243.473 arrobas – cujo percentual de crescimento em relação ao decênio anterior chega a 300%; cifra essa mais do que triplicada no ano de 1850, quando a produção cafeeira alcança 900.597 arrobas.⁵² Diante o quadro de crescimento da lavoura cafeeira, percebe-se que o Vale do Parahybuna é de fato o espaço onde a rubiácea se desenvolverá de maneira predominante na Província de Minas Gerais durante o século XIX, sendo que a região sul-mineira, segunda produtora, não ultrapassa sequer a proporção de 0,2% do café ali produzido até o final da década de 1860.⁵³

A primeira metade do século XIX se caracteriza pela chegada de grupos de proprietários ligados a diversas atividades mercantis da extinta capitania de Minas Gerais. Enquanto boa parte dos proprietários que se estabeleceram na região do Vale do Paraíba fluminense era oriunda das zonas mineradoras centrais como Mariana e Vila Rica, os novos habitantes da Zona da Mata mineira provinham de localidades do Campo das Vertentes, principalmente do termo de Barbacena. Tal processo corresponde ao já citado momento de dispersão populacional e rearranjo econômico ocorrido após o declínio da mineração. Famílias de prestígio provenientes dessas regiões como os Monteiro de Barros, Dias Tostes,

⁵¹ FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009, p.52.

⁵² GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.28-30.

⁵³ Embora o autor do quadro em questão tenha se referido ao espaço como “Zona da Mata” no período em que ela sequer estava constituída, os dados nele arrolados são representativos, portanto, do processo de ascensão da cafeicultura em sua proporção relativa às futuras áreas com as devidas denominações. MARTINS, Roberto. *Op. Cit.*, 1980, p.17.

Ferreira Armond, Paula Lima, etc. são as responsáveis pela formação de um núcleo agrário-exportador no sul da Zona da Mata⁵⁴:

*O crescimento da agropecuária de caráter exclusivamente mercantil, comandada pelos parentes e pela elite oriunda dos Termos de São João Del Rey e Barbacena, era conseqüência inevitável. Bem como o direcionamento, a partir das duas primeiras décadas do oitocentos, dos excedentes da economia mercantil de alimentos para a atividade agroexportadora do café: principal alternativa econômica lucrativa, capaz de proporcionar o tão almejado status de grande proprietário de terras e de escravos. O novo núcleo agrário formado no sul da Mata esteve comandado por poucas famílias, proprietárias de pés de café, terras e escravos.*⁵⁵

Com base nos inventários correspondentes ao período de 1830 a 1854, verifica-se em que medida a cafeicultura esteve presente no Vale do Parahybuna, zona pioneira do café mineiro. As unidades agrícolas comprometidas de alguma forma com a produção cafeeira corresponderam a aproximadamente 33% das propriedades levantadas, ao passo que mais da metade destas tiveram como data de abertura os processos posteriores a 1850, ou seja, o quinquênio 1850-54. Ainda, a massiva maioria delas está de alguma forma relacionada a atividades agrícolas que não o cultivo do café. É possível afirmar que a referência a outras culturas ou a benfeitorias destinadas ao processamento dos mais variados gêneros agrícolas está presente em quase toda a documentação, mesmo considerando o número de processos com informações comprometidas ou sem nenhuma informação.

Esse se torna um ponto que indica o processo de diversificação econômica engendrado no interior das propriedades rurais, tanto como forma de garantir a subsistência da propriedade – da família, agregados, escravos, etc.; tanto quanto forma de acesso ao mercado de gêneros. No que diz respeito à fase de amadurecimento da cultura cafeeira na região, embora a grande maioria dos cafezais não possua sua idade descrita nos inventários, é possível notar a presença de cultivos denominados como “velho(s)” nas descrições feitas pelos louvados ainda na primeira metade do século XIX. Mesmo assim, nota-se que a descrição de cafezais com a alcunha “novo(s)” até os sete anos, tende a configurar a natureza incipiente da lavoura cafeeira no Vale do Parahybuna (Gráficos 01 e 02).

Excluindo os cafeeiros que não possuem informações sobre o ano de plantio, o predomínio de cafezais novos é revelador dessa fase inicial da cafeicultura, pois os cafezais novos, isso é, até os cinco anos de idade, demonstram-se bem superiores às árvores da rubiácea com idade acima desse número. Ainda, não se verificou a presença de cafezais com mais de doze anos de idade, a não serem aqueles com a denominação de “velho(s)”. A alta

⁵⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005, p.250, p.273-74.

⁵⁵ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.236.

representatividade desses, revelada pelo gráfico, explica-se pelo fato de que mais de 83% deles referem-se a uma única propriedade. Trata-se das posses do falecido Antonio Bernardino de Barros, compostas de senzalas e engenho de socar café, dentre outras benfeitorias. Com a quantia de 8.988 arrobas de café seco, o proprietário ainda contava com 120 alqueires de arroz e 80 alqueires de feijão à época de seu falecimento no ano de 1850.⁵⁶ Casos como os de Bernardino são incomuns, assim como os do proprietário da Fazenda Santa Sofia, José Ferreira Armond, cujas remessas de café para o Rio de Janeiro entre meados de 1836 e 1837 correspondem a mais de 4.500 arrobas, somando a quantia de 17:929\$956.⁵⁷

Os poucos grandes cafeicultores como José Armond não só comerciavam o café por eles produzidos, mas também negociavam o produto das unidades menos expressivas. É de se suspeitar que a soma de 4.500 arrobas remetidas pelo proprietário nos anos citados provinha não só de seus cafezais, mas também de cultivos realizados por outros produtores como os falecidos Francisco de Paula Xavier Hofbauer e Lauriano José de Fraga. O primeiro possuía um *sítio de terras de culturas e café* na paragem do Marmelo, e deixara à viúva Guilhermina Celestina da Natividade 19.000 pés de café e 28 escravos.⁵⁸ O segundo inventariado, cuja primeira esposa era já falecida no ano de 1844, possuía na localidade de Simão Pereira uma fazenda denominada Ribeirão de Santa Anna, composta por 8.000 pés da rubiácea avaliados em 950\$000.⁵⁹

Os dois últimos casos, em que os proprietários detinham amplas parcelas de terras e somas significativas de escravos para os padrões encontrados nas unidades rurais mineiras (150 alqueires e 28 escravos; 350 alqueires e 29 escravos, respectivamente), revelam que os dois elementos de maior importância ao sistema agrário cafeeiro, embora assegurados por parte desses proprietários, não foram o suficiente para inseri-los no mercado de café de maneira expressiva durante a primeira metade do século XIX. Quer dizer que boa parte desses produtores do Vale do Parahybuna na primeira metade do oitocentos, antes de se estabelecerem como cafeicultores – com uma produção inexpressiva para os padrões da *commodity*; exerciam outras atividades que os inserissem nos mercados próximos, como o plantio da cana-de-açúcar ou a criação de animais negociados tanto para formação de tropas (vacum, muares, cavalares, etc.) ou para o consumo (suínos, vacum, etc.).

⁵⁶ Inventário de Antonio Bernardino de Barros, 1850, AHUFJF, Processo 0004.

⁵⁷ LACERDA, Antonio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese de doutorado, Niterói, UFF, 2010, p.328.

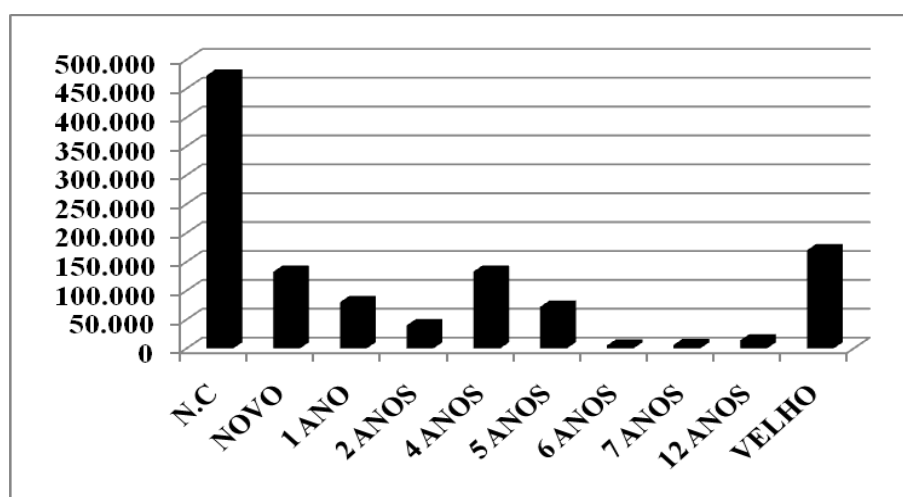
⁵⁸ Inventário de Francisco de Paula Xavier Hofbauer, 1839, AHUFJF, Processo 0002.

⁵⁹ Inventário de Lauriano José de Fraga e Lauriana Maria de Jesus, 1844, AHUFJF, Processo 0007.

Parece ser esse o caso da viúva Ana Joaquina de Oliveira quando da morte de seu esposo José Antônio da Silva no ano de 1837. As cinco propriedades do casal – incluindo duas ‘sesmarias’, e a terça parte de uma terceira recebida por herança; que somariam mais de 700 alqueires de terras abarcavam benfeitorias como cozinha, senzalas, paiol, moinho, monjolo e engenho. Além disso, possuíam 54 escravos e produziam cana-de-açúcar avaliada naquele momento em 100\$000, segundo o inventário do casal. No entanto, o cultivo do café ficara restrito a apenas 500 pés, embora a(s) propriedade(s) do inventariante tivesse condições de abarcar uma produção mais expressiva da rubiácea, do ponto de vista da disponibilidade de terras e de mão-de-obra. Percebe-se através de casos como esse, que não há um comprometimento com a cultura cafeeira durante a primeira metade do século XIX, mesmo sendo ela a atividade agrícola mais remuneradora naquele momento.⁶⁰

Gráfico 01

Número e Idade dos Cafezais (1830-1854)



N.C: Não Consta

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

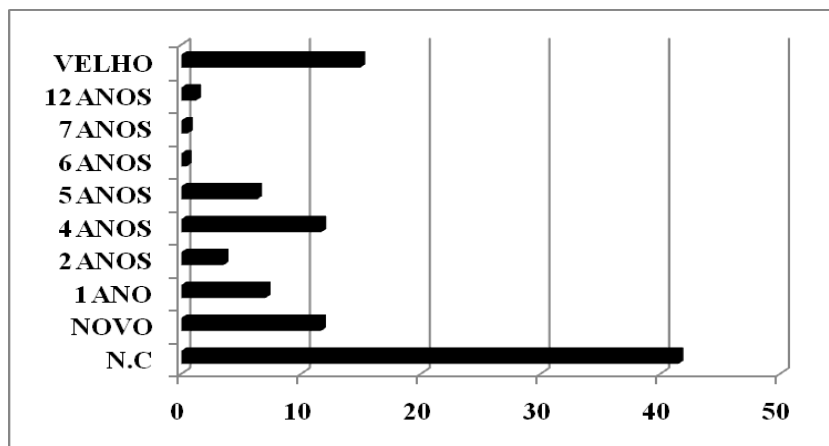
De fato, os exemplos acima citados como os Armondes e os Bernardino de Barros, não são nada reveladores da tônica da propriedade cafeeira do Vale do Parahybuna durante a primeira metade do século XIX. Considerando-se que a média de pés da rubiácea em grandes unidades girava em mais ou menos cem mil pés, a cifra alcançada pela média total de cafeeiros não chegou a um terço dessa marca, estabelecendo-se em 29.188 pés. Percebe-se também que apenas três proprietários, ou seja, 7,6% dos produtores de café presentes na região possuem mais de cem mil pés, cujo predomínio consiste em 43,3% da produção. A

⁶⁰ Inventário de José Antônio da Silva, 1837, AHUFJF, Processo 0001.

concentração da produção nos primórdios da atividade parece ter sido significativa, pois ainda, a grande maioria das unidades não superou a marca de 25.000 pés, número abaixo até mesmo da média total calculada para o período (Gráfico 03).

Gráfico 02

Percentual de Idade dos Cafezais (1830-1854)



N.C: Não Consta

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

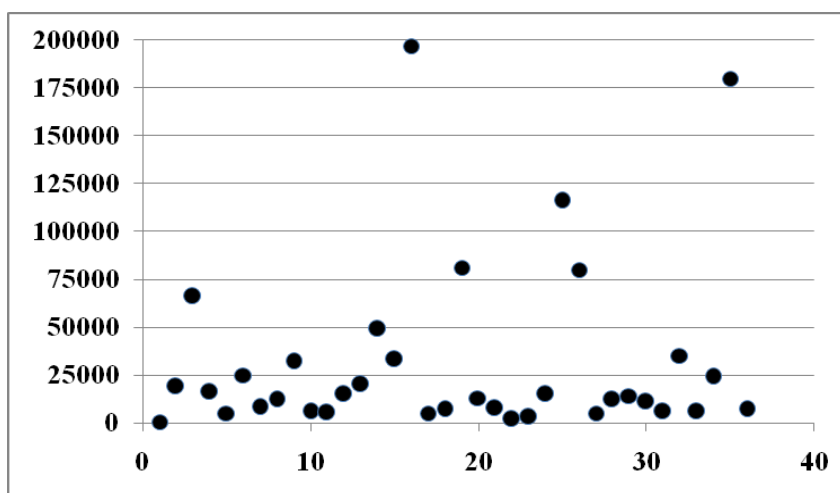
Enfim, a tônica da produção agrícola no Vale do Parahybuna, embora seu aparente maior grau de mercantilização se comparado a outras áreas da Capitania/Província de Minas Gerais, não diferiu das mesmas em relação aos gêneros cultivados. A posição geográfica intermediária entre os dois maiores centros de convergência do centro-sul do Brasil no período, o Rio de Janeiro e os distritos mineradores, estabeleceu-se talvez como a principal característica na conformação dessa dinâmica produção interna até então destacada, e perceptível na documentação. Contudo, cabe salientar que o processo de produção do espaço que tardiamente se constituirá como a Zona da Mata teve seu equivalente em outras regiões.

Pode-se considerar que os itens até aqui destacados em relação ao espaço do Vale do Parahybuna antes do efetivo processo de introdução da cafeicultura não se divergiam em sua essência aos elementos encontrados em outras regiões do centro-sul do país na primeira metade do século XIX. Ou seja, a existência de populações autóctones, as características geomorfológicas do espaço, a esparsa demografia e ainda a dinâmica da produção dos gêneros agrícolas foram elementos também vivenciados em maior ou menor intensidade tanto nas

demais regiões da Capitania/Província de Minas Gerais, não produtoras de café, como também nas áreas cafeeiras fluminense e paulista.⁶¹

Gráfico 03

Nº de Pés de Café por Propriedade (1830-1854)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Com isso, o café parece ter sido mais um elemento integrante do processo de diversificação produtiva na Província de Minas Gerais na primeira metade do XIX, ainda que restrito a um espaço específico, o Vale do Parahybuna. Quer dizer que o plantio nas unidades rurais do período não alcançara um padrão que pudesse inserir o vale do rio homônimo no mercado da *commodity* cafeeira, até pelo menos o quinquênio 1850-54, embora o acesso à terra e à mão-de-obra escrava fosse uma realidade possível aos proprietários ali estabelecidos.

Conclusão

O processo de ocupação do *sertão leste* da capitania de Minas Gerais foi marcado pela instabilidade das modalidades intervenção (sesmarias, aldeamento, posse, etc.), em que a contradição em relação à proclamada preservação do espaço demonstrou-se patente. Se o Vale do Parahybuna não era de fato um vazio demográfico no início do oitocentos, também não é possível afirmar que sua *ocupação efetiva* tenha se consolidado no período. Quer dizer que

⁶¹ STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.33-34. MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984, p.129-32. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005.

entre o Vale do Parahybuna – compreendido enquanto espaço físico – e a Zona da Mata mineira, estabelecida como uma região socialmente constituída, existe um processo fundamentalmente transformador da natureza e do homem que fundará a identidade regional: a cafeicultura, cujas características só se afloram na segunda parte da centúria.

Portanto, o chamado Vale do Parahybuna esteve assentado sob o processo de “acomodação evolutiva” da economia mineira durante as cinco primeiras décadas do século XIX. Inserida na parte sul da Capitania/Província, espaço pertencente à extinta Comarca do Rio das Mortes, a tônica da produção agrária ali se apresentara enquanto uma economia mercantil de subsistência, donde o acesso a mercados mais distantes se dera de maneira eventual, embora a proximidade com o Rio de Janeiro e as fontes como os dízimos denotem seu maior grau de mercantilização em relação a outras partes das Minas Gerais. A diversificação produtiva das unidades rurais apresentara-se como trunfo desse processo, que foi incorporando o café diante outras culturas como as do milho e do feijão. Contudo, os dados apresentados, em que pese a nítida ascensão da rubiácea, não são suficientes para determinar sua produção na dinâmica do mercado do café, dado seu caráter incipiente.

FONTES

- Inventários post-mortem (1830-1854). Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)
- Listas Nominativas Santo Antonio do Parahybuna (1831). CEDEPLAR/UFMG
- Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais (Universidade de Chicago)
- Relatos de Viajantes:

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, Cópia autorizada da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993.

SITES DA WEB

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>
http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, Ed. PUC Minas, 2008.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, Vol.7.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

_____. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessórias para uso das familias**. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, Vol.I.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antonio de. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009.

FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. **Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº 3, p.27-48, ago, Taubaté, São Paulo, 2008.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese de doutorado, Niterói, UFF, 2010.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII*. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2005, Juiz de Fora. **Anais do I Seminário de História Econômica e social da Zona da mata Mineira**. Juiz de Fora: Centro de Ensino superior, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”: Bandoleiros e Salteadores nos Caminhos das Minas Gerais no Século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2008.

PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX*. X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

_____. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930*. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Araraquara, 2006, p.82.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.